

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Engenharia
Curso de Especialização: Produção e Gestão do
Ambiente Construído

Raisa Santos Martins

O DESENHO UNIVERSAL E A SUSTENTABILIDADE
SOCIAL NO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Belo Horizonte,
2016.

RAISA SANTOS MARTINS

O DESENHO UNIVERSAL E A SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização: Produção e Gestão do Ambiente Construído do Dept. de Engenharia de Materiais e Construção, da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Paula Bamberg

**Belo Horizonte,
2016.**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que apoiam a ideia de universalidade dos espaços em busca de uma sociedade inclusiva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela existência da vida e amor incondicional.

A todos os professores do Curso de Especialização: Produção e Gestão do Ambiente Construído do Departamento de Engenharia de Materiais e Construção, da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais.

“Uma sociedade que exclui uma parte de seus membros é uma sociedade empobrecida. As ações que melhoram as condições para as pessoas com deficiência resultarão em se projetar um mundo flexível para todos. O que for feito hoje em nome da questão da deficiência terá significado para todos no mundo de amanhã. ”

(Declaração de Madri, 2003)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo trazer uma abordagem sintética acerca das transformações ambientais do espaço construído para aplicação dos princípios do Desenho Universal e o papel do arquiteto na Sustentabilidade Social com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população através da inclusão social, principalmente em se tratando de pessoas com algum tipo de deficiência ou de idade avançada. Verifica-se que certa parcela da população é segregada e excluída socialmente devido à falta de espaços inclusivos e que as ações tomadas, até então, são insuficientes para que possam garantir o amplo exercício da cidadania e garantir uma plena acessibilidade para uma melhor qualidade de vida de todos os cidadãos. Passaram-se séculos de história desde a execução sumária das pessoas com deficiência, ao tratamento humanitário, numa trajetória irregular e heterogênea entre os países. É possível visualizar que, até nos dias de hoje, existem exemplos de discriminação e maus-tratos, mas o amadurecimento das civilizações e o avanço dos temas ligados à cidadania e aos direitos humanos, sem dúvida, provocaram um novo olhar em relação à essa parcela da sociedade. Ao se analisar o espaço urbano, é fácil encontrar situações de espaços inacessíveis a um grande grupo de pessoas que possuem limitações em seus movimentos. Essa situação pode ser contornada através da mobilização das pessoas para a efetivação das propostas de melhoria, através da formação do profissional universitário, do profissional técnico, do executor e do fiscal dos projetos e obras; através da normalização técnica que fornecerá as configurações técnicas e conceituais necessárias para assegurar o cumprimento das soluções de maneira universal; e através da regulamentação e a gestão.

Palavras-chave: Acessibilidade. Desenho Universal. Sustentabilidade Social. Pessoas com deficiência.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Modelo de abordagem por processos da ISO	17
Figura 02- Características do ciclo PDCA	33
Figura 03- Modelo de selo da certificação ISO 9001	35
Figura 04- Modelo de selo da certificação ISO 9001:2008	35
Figura 05- Requisitos da NBR ISO 9001:2008	35
Figura 06- Estrutura usual da documentação do SGQ.....	38

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 01- Modelo de abordagem por processos da ISO 17

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 01- Modelo de abordagem por processos da ISO 17

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Modelo de abordagem por processos da ISO	17
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: HISTÓRICO SÓCIO-POLÍTICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	11
1.1 Histórico sócio-político das pessoas com deficiência no mundo.....	11
1.1.1 História Antiga e Medieval.....	11
1.1.2 Cristianismo.....	13
1.1.3 Idade Média.....	15
1.1.4 Mudanças nos séculos XV a XVII.....	15
1.1.5 Século XIX.....	16
1.1.6 Os avanços do século XX.....	17
1.1.7 Os dias de hoje.....	17
1.2 História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil	18
1.2.1 Contexto atual das pessoas com deficiência no Brasil.....	21
1.2.2 A Deficiência e o Envelhecimento da população.....	24
CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO URBANO SOBRE ACESSIBILIDADE, CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS TERMOS “DESENHO UNIVERSAL” E “SUSTENTABILIDADE SOCIAL”.....	26
2.1 Diagnóstico urbano sobre acessibilidade.....	26
2.2 “Desenho Universal”.....	28
2.2.1 Os sete princípios do Desenho Universal.....	28
2.2.2 O Desenho Universal no mundo.....	33
2.2.3 O Desenho Universal no Brasil.....	34
2.3 “Sustentabilidade Social”.....	34

CAPÍTULO 3: O “DESENHO UNIVERSAL” E A SUSTENTABILIDADE SOCIAL

.....	36
3.1 A importância do conceito do “Desenho Universal” para o desenvolvimento de uma sociedade.....	36
3.2 A importância dos conceitos de Acessibilidade Universal na formação dos estudantes de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo.....	38
3.3 O papel do arquiteto na “Sustentabilidade Social”	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, uma determinada parcela da população foi segregada, impedida de exercer o direito básico de ir e vir, de participar efetivamente da vida em sociedade. Seja aqui no Brasil, em nossa cidade, estado ou em qualquer outro lugar do mundo, simplesmente ficavam a margem da sociedade por terem seus direitos civis restringidos pela tutela familiar e instituições. Havia pouco ou nenhum espaço para que elas participassem das decisões em assuntos que lhes diziam respeito, sempre existindo barreiras em sua relação com os espaços e o convívio social. Essa relação pode ser através da locomoção, da comunicação e da condição de permanência em espaços considerados “padrão”. Tais pessoas, são aquelas que possuem algum tipo de deficiência, seja ela visual, auditiva, motora, mental ou intelectual.

Observa-se que as discussões acerca da usabilidade dos espaços por pessoas com deficiência e idosos são recentes e ainda bem tímidas, tendo em vista a importância do assunto, já que uma deficiência é uma condição de vida de um determinado indivíduo. E com base nessa “deficiência” na escala de relevância do tema, este trabalho justifica-se por ser uma iniciativa de síntese e análise crítica do que se conhece hoje sobre alguns conceitos que norteiam a questão da inclusão social das pessoas com deficiência através dos espaços e objetos.

Um desses conceitos é o “Desenho Universal”, que tem como objetivo simplificar a vida de todos, qualquer que seja a idade, estatura ou capacidade, tornando os produtos, estruturas, a comunicação/informação e o meio edificado utilizáveis pelo maior número de pessoas possível, e não só por aquelas que têm deficiência.

Acredita-se que através dos princípios do Desenho Universal de elaborar projetos contendo produtos e ambientes que pudessem ser indiscriminadamente usados por todas as pessoas, onde não haveria a necessidade de qualquer tipo de adaptação ou projeto especial para sua utilização por pessoas com algum tipo de deficiência, pode-se alcançar a sustentabilidade no âmbito social, com o

propósito de melhorar a qualidade de vida da população.

A questão da acessibilidade e do desenho universal é imprescindível quando se anseia a organização de espaços para atender as necessidades dos usuários de forma universal, uma vez que o que nos deparamos no dia a dia “são adequações e acessibilidade pontuais, sem integrar ações cotidianas como moradia, passeios, transporte, edificações, serviços.” (CAMBIAGHI, 2007). Segundo Cambiaghi (2007), conselheira titular e integrante do Grupo de Trabalho de Acessibilidade do CAU/SP, em geral, nas cidades brasileiras, um percurso de dois ou três quarteirões é muitas vezes impraticável para quem tem alguma deficiência ou até mesmo para um idoso.

Figura 01: Charge ilustrando a situação cadeirante no Brasil.



Fonte: Jean Galvão. Blog (D)Eficiente.¹

O presente trabalho pretende, então, fazer uma abordagem sintética acerca das transformações ambientais do espaço construído para aplicação dos princípios do “Desenho Universal” e discutir sua importância para a Sustentabilidade no âmbito social, tendo como ponto de vista o papel do arquiteto, representando um dos agentes do setor da Construção Civil.

¹ Disponível em: <http://www.fernandazago.com.br/2012/05/rampas-para-cadeirantes.html>. Acesso em dez. de 2015.

Enfim, toda a fundamentação teórica relacionada ao tema foi estruturada começando com um breve histórico sócio-político das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo no decorrer da história da humanidade, contando os principais marcos nas lutas por seus direitos e relacionando deficiência com o envelhecimento da população.

Em seguida, foi feito um diagnóstico urbano sobre a acessibilidade e uma conceituação e contextualização dos temas “Desenho Universal” e “Sustentabilidade Social”, explicando de onde surgiram esses conceitos, o que são e de que forma se relacionam.

Posteriormente foram feitas três análises, uma salientando a importância do conceito do “Desenho Universal” para o desenvolvimento de uma sociedade, apoiando em premissas que pregam a inclusão social; outra discutindo a importância dos conceitos de Acessibilidade Universal na formação dos estudantes de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo; e a última sobre o papel do arquiteto na “Sustentabilidade Social”, como um dos agentes fundamentais na formação das cidades.

CAPÍTULO 1:

HISTÓRICO SÓCIO-POLÍTICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Para um melhor entendimento a respeito das pessoas com deficiência na história da nossa civilização, faz-se necessária uma introdução histórica, afinal, o papel social desses indivíduos está associado aos fatos históricos que acompanharam a evolução da sociedade e conseqüentemente a edição de suas leis. Acompanhando o percurso histórico das pessoas com deficiência ao longo do tempo, observa-se mudanças na percepção social relativa a este grupo populacional.

Como descrito no livro “Epopéia Ignorada: A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje”, escrita por Silva em 1986, ao propor discutir o tema das pessoas com deficiência

...é preciso deixar claro que o percurso histórico no qual, gradativamente, pessoas com limitações físicas, sensoriais ou cognitivas foram sendo incorporadas ao tecido ou estrutura social é um processo errático, não-linear e marcado, invariavelmente, por trajetórias individuais. Não se pode visualizar um movimento contínuo e homogêneo de integração, pois os sentimentos e a maneira pela qual a sociedade enxergava as pessoas com deficiência variavam também de um país para outro num mesmo período. Durante o século XX, por exemplo, pessoas com deficiência foram submetidas a “experiências científicas” na Alemanha nazista de Hitler. Ao mesmo tempo, mutilados de guerra eram considerados heróis em países como os EUA, recebendo honrarias e tratamento em instituições do governo. (SILVA, 1986, p.??.)

Figura 02: Charge ilustrando a situação



Fonte: Elaborada pela autora.

1.1 Histórico sócio-político das pessoas com deficiência no mundo

1.1.1 História Antiga e Medieval

Quando se observa a História Antiga e Medieval percebe-se dois tipos de tratamento em relação às pessoas com deficiência, a rejeição e a eliminação sucinta de um lado e a proteção assistencialista e piedosa, de outro.

Na Roma Antiga, tanto os nobres como os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Da mesma forma, em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriam alguma deficiência eram lançados ao mar ou em precipícios. Já em Atenas, influenciados por Aristóteles – que definiu a premissa jurídica até hoje aceita de que “tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em injustiça” – os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade. (SILVA, 1986.)

Silva (1986), em seu livro, descreve várias referências históricas a respeito do contingente de pessoas com deficiência, um deles diz respeito à constatação de que indivíduos com algum tipo de limitação física, sensorial ou cognitiva sempre existiram na história. Ele afirma que “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade” (Silva, 1987, p. 21). Esta afirmação, nos faz reconhecer que nos

...grupos humanos, desde o mundo primitivo até os dias atuais, sempre houve pessoas que nasceram com alguma limitação ou durante a vida deixaram de andar, ouvir ou enxergar. Tragicamente, durante muitos séculos, a existência destas pessoas foi ignorada por um sentimento de indiferença e preconceito nas mais diversas sociedades e culturas; mas elas, de uma forma ou de outra, sobreviveram. (SILVA, 1986, p.21)

No Egito Antigo, a partir de 2.500 a.C., com o aparecimento da escrita, há indicações mais seguras quanto à existência e às formas de sobrevivência dos indivíduos com deficiência. Os papiros, os remanescentes das múmias, e a arte dos egípcios apresentam-nos indícios evidentes não só da antiguidade de alguns “males incapacitantes”, como também das diferentes formas de tratamento que

possibilitaram a vida de indivíduos com algum grau de limitação física, intelectual ou sensorial. (SILVA, 1986.)

Na Grécia Antiga, mais especificamente em Esparta, marcada pelo militarismo, ocorriam com frequência no campo de batalha as amputações traumáticas das mãos, braços e pernas, o que dava para identificar facilmente um grupo de pessoas que adquiriu uma deficiência e permaneceu vivo. Em contrapartida, o costume espartano de lançar crianças com deficiência em um precipício tornou-se amplamente conhecido por aqueles que estudaram este tema numa perspectiva histórica. (SILVA, 1986.)

Naturalmente, as práticas citadas nos parecem cruéis hoje, mas devem ser entendidas de acordo com a realidade histórica e social da época, por volta de 400 a.C., e tal conduta “justificava-se” para o bem da própria criança e para a sobrevivência da república, onde a maioria dos cidadãos deveria se tornar guerreiros.

Já na Roma Antiga, diferentemente da Grécia Antiga e do Egito, não é fácil localizar referências precisas no que diz respeito a pessoas com deficiência. Mas existem citações, textos jurídicos e obras de arte que referem-se a essa população. O direito Romano, assim como em Esparta, não reconhecia a vitalidade de bebês nascidos precocemente ou com características “defeituosas”. Mas, apesar disso, o costume não se voltava, necessariamente, para a execução sumária da criança, embora isso também ocorresse. Havia uma alternativa de deixar as crianças nas margens dos rios ou locais sagrados, onde eventualmente pudessem ser acolhidas por famílias da plebe.

Ainda na Roma Antiga, manifestava-se pela primeira vez a utilização comercial de pessoas com deficiência para fins de prostituição ou entretenimento das pessoas ricas. Segundo SILVA (1986): “cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes

humilhantes” (Silva, 1986, p. 130). Infortunadamente, esta prática repetiu-se várias vezes na história, não só em Roma.

1.1.2 Cristianismo

A forma pela qual as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas pela sociedade em geral foi modificada significativamente com o advento do Cristianismo em diferentes aspectos. De maneira geral, a mudança referida deveu-se ao próprio conteúdo da doutrina cristã, que foi sendo difundida a partir de um pequeno grupo de homens simples, num momento em que o Império Romano estava com seu poderio militar e geopolítico consolidado. No entanto, Silva (1986) chama atenção para o “lamentável estado moral da sociedade romana”, que demonstrava total falta de preocupação com a proliferação de doenças e o crescimento da pobreza e da miserabilidade dentre boa parte da população, especialmente por parte da nobreza.

Diante desse contexto de uma população marginalizada e desfavorecida, dentro da qual estavam aqueles que eram vítimas de doenças crônicas, de defeitos físicos ou de problemas mentais, a doutrina vai ganhando força com um conteúdo voltado para a caridade, humildade, amor ao próximo, para o perdão das ofensas, para a valorização e compreensão da pobreza e da simplicidade da vida. E foi essa influência e seus princípios de caridade e amor ao próximo que contribuiu em particular, por volta do século IV, para a criação de hospitais destinados ao atendimento dos pobres e marginalizados, dentre os quais indivíduos com algum tipo de deficiência.

No século seguinte, mais especificamente em 451, o concílio da Calcedônia aprovou a diretriz que determinava expressamente aos bispos e outros párocos a responsabilidade de organizar e prestar assistência aos pobres e enfermos das suas comunidades. A partir de então, foram criadas instituições de caridade e auxílio em diferentes regiões, como o hospital para pobres e incapazes na cidade de Lyon, construído pelo rei franco *Childebert* no ano de 542. (SILVA, 1986)

Em síntese, pelos registros históricos dos primeiros séculos da Era Cristã, mesmo com as restrições, como a dos candidatos ao sacerdócio não poderem ter

“alguma parte do corpo incompleta ou imperfeita”, houve uma mudança no olhar em relação não só aos deficientes, mas também às populações humildes e mais pobres. Impulsionados muitas vezes pelo trabalho dos bispos e das freiras nos mosteiros, os hospitais e centros de atendimento aos carentes e necessitados continuaram a crescer (SILVA, 1986, p. 166).

1.1.3 Idade Média

Entre os séculos V e XV, constam nos registros que os locais para o atendimento de doentes e deficientes continuaram a existir, na maioria das vezes, controlados e mantidos por senhores feudais. Mas o crescimento dos aglomerados urbanos ao longo desse período criou dificuldades para a manutenção de patamares aceitáveis de higiene e saúde e as referências históricas enfatizam, porém, o predomínio de concepções místicas, mágicas e misteriosas sobre a população com deficiência.

As incapacidades físicas, os sérios problemas mentais e as malformações congênitas eram consideradas, quase sempre, como sinais da ira divina, taxados como “castigo de Deus”. A própria Igreja Católica adota comportamentos discriminatórios e de perseguição, substituindo a caridade pela rejeição àqueles que fugiam de um “padrão de normalidade”, seja pelo aspecto físico ou por defenderem crenças alternativas, em particular no período da Inquisição nos séculos XI e XII. Hanseníase, peste bubônica, difteria e outros males, muitas vezes incapacitantes, disseminaram-se pela Europa Medieval. Muitas pessoas que conseguiram sobreviver, mas com sérias sequelas, passaram o resto dos seus dias em situações de extrema privação e quase que na absoluta marginalidade. (SILVA, 1986, p.??).

Em resumo, a questão das pessoas com deficiência estava completamente integrada ao contexto de pobreza e marginalidade em que se encontrava grande parte da população, não só os deficientes, ao final do século XV.

1.1.4 Mudanças nos séculos XV a XVII

Durante o Renascimento, com o advento de direitos reconhecidos como universais, a partir de uma filosofia humanista e com o avanço da ciência, a condição de vida das pessoas com deficiência ainda não se encontrava de maneira satisfatória, mas, sem dúvida, foi uma fase mais esclarecida da humanidade e das sociedades em geral.

Figura 03: “Parábola dos cegos”, este quadro retrata-nos o modo de caminhar em grupo dos cegos, com seus agasalhos e bengalas.



Fonte: Peter Bruegel (1530-1569)²

De certa forma, o homem deixou de ser um escravo dos “poderes naturais” ou da ira divina. Esse novo modo de pensar, revolucionário sob muitos aspectos, “alteraria a vida do homem menos privilegiado também, ou seja, a imensa legião de pobres, dos enfermos, enfim, dos marginalizados. E dentre eles, sempre e sem sombra de dúvidas, os portadores de problemas físicos, sensoriais ou mentais” (Silva, 1987, p. 226).

Em diferentes países europeus ao longo dos séculos XVI e XVII, foram sendo construídos locais de atendimento específico para pessoas com deficiência, fora dos tradicionais abrigos ou asilos para pobres e velhos. De maneira esporádica e ainda tímida, essas pessoas, a despeito das malformações físicas ou limitações sensoriais, começaram a ser valorizadas enquanto seres humanos. Entretanto, além de outras

² Disponível em: <http://www.ibamendes.com/2011/02/o-deficiente-fisico-ao-longo-da.html>. Acesso em dezembro de 2015.

práticas discriminatórias, mantinha-se o bloqueio ao sacerdócio desses indivíduos pela Igreja Católica.

1.1.5 Século XIX

Nos Estados Unidos, já em 1811, estabeleceu-se uma atenção específica para pessoas com deficiência quando algumas providências foram tomadas para garantir moradia e alimentação a marinheiros ou fuzileiros navais que viessem a adquirir limitações físicas, em especial para os “veteranos” de guerras ou outros conflitos militares. Em 1867, depois da Guerra Civil norte-americana, foi construído na Filadélfia o Lar Nacional para Soldados Voluntários Deficientes, que posteriormente teria outras unidades.

1.1.6 Os avanços do século XX

Ao longo do século XX, houve um substancial avanço em relação a assistência e a qualidade do tratamento dado, não só para pessoas com deficiência, como para população em geral. O contato direto com muitos indivíduos com sequelas de guerra, no caso das pessoas com deficiência, exigiu uma gama variada de medidas. Aumentou também a atenção às crianças com deficiência, com o desenvolvimento de especialidades e programas de reabilitação específicos.

É característica comum nos países europeus como Grã-Bretanha e França, principalmente, e também nos EUA, no período entre Guerras, o desenvolvimento de programas, centros de treinamento e assistência para veteranos de guerra. Por exemplo, em 1919, na Inglaterra, foi criada a Comissão Central da Grã-Bretanha para o Cuidado do Deficiente. Esse movimento se intensificou depois da II Guerra, em meio as mudanças promovidas nas políticas públicas pelo Welfare State³. Dado

³ A definição de welfare state pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida (GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e Welfare State: Estado e desenvolvimento social no Brasil**. RAP. Rio de Janeiro 40(2):201-36, Mar./Abr. 2006

o elevado contingente de amputados, cegos e outras deficiências físicas e mentais, o tema ganha relevância política no interior dos países e também internacionalmente, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). A “epopeia” das pessoas com deficiência passaria a ser objeto do debate público e ações políticas, assim como outras questões de relevância social, embora em ritmos distintos de um país para o outro. (GARCIA, 2013 *apud* Silva, 1986).

1.1.7 Os dias de hoje

Passaram-se séculos de história desde a execução sumária das pessoas com deficiência, ao tratamento humanitário, numa trajetória irregular e heterogênea entre os países. É possível visualizar que, até nos dias de hoje, existem exemplos de discriminação e maus-tratos, mas o amadurecimento das civilizações e o avanço dos temas ligados à cidadania e aos direitos humanos, sem dúvida, provocaram um novo olhar em relação à essa parcela da sociedade. (GARCIA, 2013 *apud* Silva, 1986).

1.2 História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil

A busca pelo reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência segue um ritmo crescente e mais firme nos últimos trinta anos, diferente do que quando começou em meados do século XIX. Anteriormente à década de 1970, que foi o principal marco na história das pessoas com deficiência, as ações concentravam-se na educação e em obras caritativas e assistencialistas.

Toda a história desse movimento político foi retirada do livro “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil” escrito por Lanna Júnior e Mário Cléber Martins, em Brasília, e financiado pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência em 2010.

Na América Latina Durante o século XIX, o Estado brasileiro foi pioneiro ao criar duas escolas para pessoas com deficiência: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Em paralelo às poucas ações do Estado, a sociedade civil organizou, durante o século XX, as próprias iniciativas, tais

como: as Sociedades Pestalozzi⁴ e as Associações e Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, voltadas para a assistência das pessoas com deficiência intelectual com atendimento educacional, médico, psicológico e de apoio à família; e os centros de reabilitação, como a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) e a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – (AACD), dirigidos, primeiramente, às vítimas da epidemia de poliomielite. (LANNA JÚNIOR, CLÉBER, Mário,2010)

Figura 04: Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1856. Atual Instituto Benjamin Constant.



Fonte:

<http://memorial.trt11.jus.br/exposicoes/exposicoes/anteriores/2%C2%AA-exposicao-cenas-do-trabalho-e-rubens-belem/figura35/>

Figura 05: Foto atual do Instituto Benjamin Constant, na Urca, Rio de Janeiro.



Fonte: <http://museubenjaminconstant.blogspot.com.br/2013/05/benjamin-constant-e-o-imperial.html>

Figura 06: Imperial Instituto Nacional de dos Surdos-Mudos, fundado em 1857 por determinação de D. Pedro II.

⁴ Sociedade Pestalozzi do Brasil, é uma entidade civil, de direito privado, sob a forma de associação sem fins lucrativos. Tem por finalidade promover o estudo, assistência, educação e integração social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (P.P.N.E.), preparo e aperfeiçoamento do pessoal especializado nessa área.



Fonte: <https://diversidadeemcomunicar.wordpress.com/2013/08/06/>

Figura 07: Imperial Instituto de Surdos-Mudos. Atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) Rua das Laranjeiras, 232, Laranjeiras. Rio de Janeiro – RJ



Fonte: <http://www.ines.gov.br/>

Embora surgissem ações voltadas para as pessoas com deficiência durante todo o século XX, o movimento surgiu a partir do final da década de 1970, sendo protagonizado pelas próprias pessoas com deficiência que buscavam ser agentes da própria história. Ao se associarem, os cegos, surdos e deficientes físicos construíram grupos locais e informais antes da década de 1970, no qual compartilhavam experiências e prestavam apoio mútuo. Foi nesses grupos que o embrião do movimento político que surgiria encontrou terreno fértil para se desenvolver. O movimento tinha como lema “Nada sobre Nós sem Nós”, essa expressão foi difundida internacionalmente, e sintetiza com fidelidade a história do movimento. (LANNA JÚNIOR, CLÉBER, 2010)

O movimento político das pessoas com deficiência, se formou após o regime da ditadura militar, no contexto da redemocratização brasileira, e em 1981 aconteceu o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, instituído pela ONU. Já em 1988 houve uma mobilização da sociedade civil em torno da elaboração da Constituição que marcou a consolidação do processo de abertura política. Aproveitando esse amplo debate, os diversos movimentos sociais brasileiros, grupos considerados marginalizados ou discriminados, participaram ativamente para incorporar à nova Constituição suas principais demandas. Assim como as pessoas com deficiência, os trabalhadores, as mulheres, os negros, os homossexuais, dentre outros com organizações próprias, reivindicavam espaços de participação e direitos. Eram protagonistas do processo de redemocratização pelo qual passava a sociedade brasileira. Ao promoverem a progressiva ampliação da participação política no momento em que essa era ainda muito restrita, a atuação desses grupos deu novo significado à democracia. (LANNA JÚNIOR, CLÉBER, 2010)

As conquistas obtidas pelas pessoas com deficiência na década de 1980 ganharam força de tal maneira que, mais do que direitos reconhecidos, conseguiram se inserir na estrutura Administrativa do Estado Brasileiro através da criação da CORDE⁵ e do CONADE⁶, principais órgãos de representação dos anseios das

⁵ Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

peças com deficiência no Brasil. Já no século XXI, devido às Conferências Nacionais, os principais agentes do movimento puderam participar da elaboração da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado de Direitos Humanos do século.

Depois de inúmeras conquistas, o movimento das pessoas com deficiência está cada vez mais forte contra as barreiras sociais com relação as atitudes dos cidadãos de medo, desconhecimento, falta de expectativas, estigma, preconceito; barreiras físicas, como os ambientes inacessíveis; e barreiras institucionais, como discriminações de caráter legal, que impediam a plena participação das pessoas com deficiência. Segundo Lanna Júnior e Cléber (2010), o modelo social defendido pelo Movimento das Pessoas com Deficiência é o grande avanço das últimas décadas. Nele, a interação entre a deficiência e o modo como a sociedade está organizada é que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as limitações e a exclusão das pessoas.

1.2.1 Contexto atual das pessoas com deficiência no Brasil

Nos últimos trinta anos, de forma fundamental, ocorreu uma mudança de concepção da política do Estado Brasileiro, em que, a luta pelos direitos das pessoas com deficiência deixou o campo da assistência social, para o campo dos Direitos Humanos. O movimento logrou êxito ao situar suas demandas no campo dos Direitos Humanos e incluí-las nos direitos de todos, sem distinção. Mas ainda assim, devemos investir muito na concepção de uma sociedade mais inclusiva, porque mesmo depois de tantas conquistas, ainda estamos no início de uma geração em busca da sustentabilidade social através da inclusão.

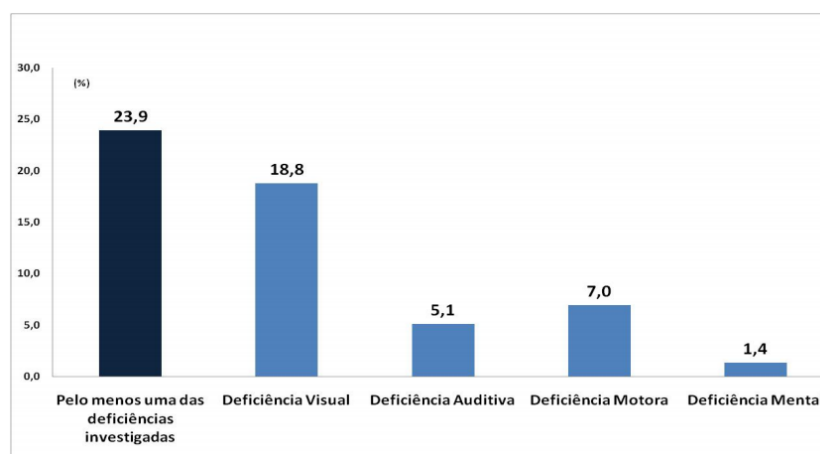
Vale ressaltar que o debate sobre deficiência tem ocupado cada vez mais espaço nas políticas públicas brasileiras também devido ao envelhecimento populacional, que força o reconhecimento de que a experiência da deficiência não pertence apenas ao universo do imprevisto e, sim, é algo que faz parte da vida de uma grande quantidade de pessoas. Por outro lado, resulta de mudanças no que se

⁶ Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

define por deficiência e na forma de se entender como a sociedade é responsável por ela, gerando implicações diretas na determinação do conteúdo das políticas públicas. (MEDEIROS; DINIZ, 2016)

Segundo o último Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizado em 2010, 23,9% da população residente no país, possuem pelo menos um tipo de deficiência, seja visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. Essa porcentagem equivale a aproximadamente 45,6 milhões de pessoas.

Gráfico 01 - Percentual da população com deficiência, segundo o tipo de deficiência investigada - Brasil, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010

Das 45.606.048 de pessoas com deficiência 1,6% são totalmente cegas, 7,6% são totalmente surdas, 1,62% não conseguem se locomover. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%.

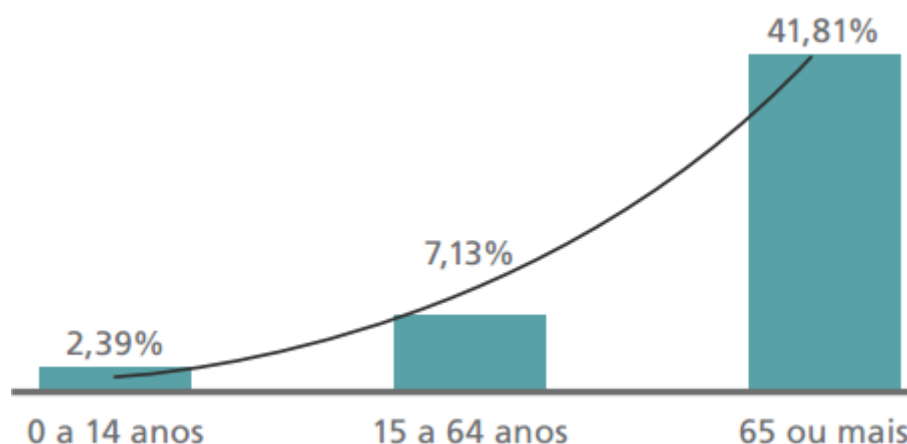
Tabela 01 – Tipos de Deficiência

Grau de Deficiência	Pelo menos uma das deficiências	Deficiência visual	Deficiência auditiva	Deficiência motora	Deficiência mental ou intelectual
Deficiência Em qualquer grau	23,90%	18,60%	5,10%	7%	1,4%
Deficiência severa	8,3%	3,46%	1,12%	2,33%	1,4%

Fonte: IBGE – Censo 2010

Os direitos humanos são assegurados a todos os brasileiros com deficiência e para esse grupo são desenvolvidos programas e ações do Governo Federal e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. No entanto, o foco primário das políticas públicas é o segmento das pessoas que apresentam deficiência severa. E em 2010, 8,3% da população brasileira apresentava pelo menos um tipo de deficiência severa:

Gráfico 02 - Percentual de pessoas com deficiência severa na população residente, por grupos de idade



Fonte: IBGE – Censo 2010

O segmento das pessoas com deficiência tende a ser composto por pessoas mais velhas do que o das pessoas sem deficiência, refletindo novamente o processo de envelhecimento da população brasileira, cujo índice passou de 19,8 em 2000 para 30,7 em 2010.

O Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tem buscado oferecer oportunidades de educação, trabalho e saúde para que as pessoas com deficiência sejam incluídas integralmente na sociedade e tenham vida produtiva e independente. Para maximizar os resultados das políticas, a Secretaria tem trabalhado em parceria com os demais ministérios, com os governos estaduais e locais.

1.2.2 A Deficiência e o envelhecimento da população

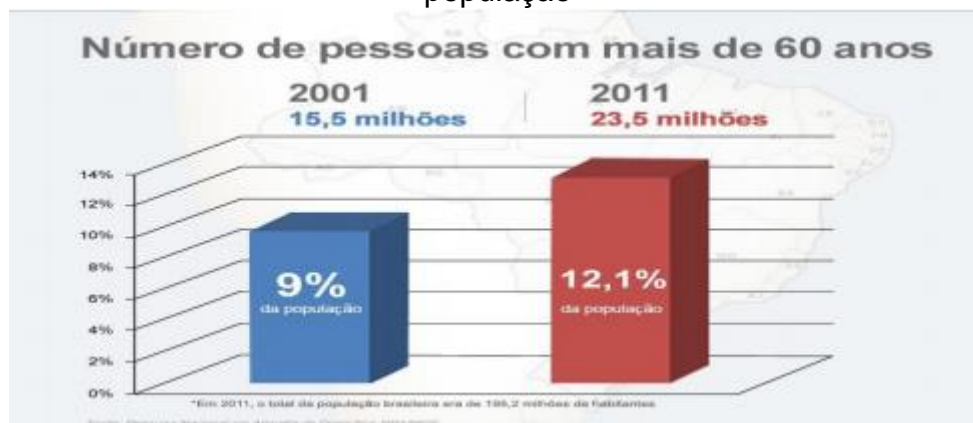
Observa-se nos últimos anos uma tendência de mudança no entendimento sobre o que é deficiência e como a sociedade é responsável por ela. Essa mudança no Brasil, se deve ao surgimento de uma corrente política e teórica iniciada no Reino Unido nos anos 1960, cuja maneira de definir deficiência é conhecida como modelo social da deficiência. Esse modelo tem como ponto de partida a ideia de que “a deficiência é resultante da combinação de limitações impostas pelo corpo a uma organização social pouco sensível à diversidade corporal” (MEDEIROS; DINIZ, 2004). Em outras palavras, a deficiência não está localizada apenas nos indivíduos, mas na incapacidade da sociedade em prever e ajustar-se à diversidade.

De certa forma, o envelhecimento populacional coloca em evidência que a deficiência não pertence apenas ao universo do inesperado. Segundo Medeiros e Diniz (2004), “a ideia de que a experiência da deficiência faz ou fará parte da vida de uma grande quantidade de pessoas torna-a um tema de pauta não mais limitado aos movimentos de deficientes, mas de todos os movimentos sociais igualitaristas”.

Uma das maiores conquistas culturais de um povo em seu processo de humanização é o envelhecimento de sua população, refletindo uma melhoria das condições de vida. De acordo com projeções das Nações Unidas (Fundo de Populações) “uma em cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos ou mais, e estima-se um crescimento para 1 em cada 5 por volta de 2050”. (...) Em 2050 pela primeira vez haverá mais idosos que crianças menores de 15 anos. Em 2012, 810 milhões de pessoas têm 60 anos ou mais, constituindo 11,5% da população global. Projeta-se que esse número alcance 1 bilhão em menos de dez anos e mais que duplique em 2050, alcançando 2 bilhões de pessoas ou 22% da população global”.

Simultaneamente, a participação da faixa com mais de 65 anos avançou de 5,9% em 2000 para 7,4% em 2010. O envelhecimento é reflexo do mais baixo crescimento populacional aliado a menores taxas de natalidade e fecundidade.

Gráfico 03 - Número de idosos cresce 55% em 10 anos e representam 12% da população



Fonte: IBGE – Censo 2010

A tendência de envelhecimento da população brasileira cristalizou-se mais uma vez na nova pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os idosos - pessoas com mais de 60 anos - somam 23,5 milhões dos brasileiros, mais que o dobro do registrado em 1991, quando a faixa etária contabilizava 10,7 milhões de pessoas. Na comparação entre 2009 (última pesquisa divulgada) e 2011, o grupo aumentou 7,6%, ou seja, mais 1,8 milhão de pessoas. Há dois anos, eram 21,7 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, o número de crianças de até quatro anos no país caiu de 16,3 milhões, em 2000, para 13,3 milhões, em 2011. (IBGE, 2010)

CAPÍTULO 2:

DIAGNÓSTICO URBANO SOBRE ACESSIBILIDADE, CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS TERMOS “DESENHO UNIVERSAL” E “SUSTENTABILIDADE SOCIAL”

2.1 Diagnóstico urbano sobre acessibilidade

Facilmente pode-se encontrar situações inacessíveis a um grande grupo de pessoas que possuem limitações em seus movimentos, ao se analisar o espaço urbano. Estes indivíduos estão limitados em suas ações de cidadania pelo simples fato de o espaço urbano os desconsiderar como usuários em potencial. Quem não possui nenhuma limitação na mobilidade, ou não tem esta situação presente em seu círculo de amigos ou familiar, podem não notar a inacessibilidade dos espaços. Um simples piso solto em uma calçada, uma pequena área gramada ou um mobiliário urbano inadequado podem gerar situações de inacessibilidade.

Muitas vezes os obstáculos são resultantes de projetos que ignoraram a questão; outras vezes o erro será encontrado na falha de execução; há, ainda, as situações em que a tentativa de acertar não condiz com o conhecimento técnico necessário; e, por fim, encontra-se a falta de manutenção e fiscalização como um dos principais causadores de situações inacessíveis.

O Desenho Universal é um conceito razoavelmente novo dentro da concepção de formação das cidades que, se utilizado na produção de espaços ou de objetos, permite a igualdade no seu emprego por todos, inclusive pelas pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida.

Um objetivo básico que o conceito do Desenho Universal quer passar é a busca de se transformar o dia a dia das pessoas em momentos cada vez mais simples, através da produção de uma cidade democrática, onde não se precise fazer adaptações extras ou adequações a elementos, objetos e ambientes.

O que prova que ainda estamos no início de uma da trajetória pela inclusão das pessoas idosas e com deficiência através dos espaços físicos são os resultados das pesquisas do IBGE, que não mostraram um ambiente facilitador para a mobilidade. No Censo de 2010 o IBGE pesquisou a situação do entorno dos domicílios brasileiros, um tema importante para as pessoas com deficiência, porque elas precisam circular, diariamente, pelas suas cidades, calçadas, ruas, além dos prédios onde estão os serviços, trabalho e lazer. Em cada face de quadra foram observados os seguintes itens: Meio fio / guia; Calçada / passeio e, Rampa para cadeirante. Os dados mostram que somente 5,4% dos domicílios brasileiros possuíam rampas, 5,8% dos quais nas faces de quadras de moradias adequadas; 1,9% em moradias semi-adequadas e, 0,2% em moradias inadequadas. O item Calçada / passeio estava presente no entorno de 80% das moradias adequadas, 43% nas semi-adequadas e em somente 9% das inadequadas. Meio fio / guia foi encontrado em 86,1% das moradias adequadas, 55,6% nas semiadequadas e 14,1% nas inadequadas.

Os equipamentos das faces de quadra são de responsabilidade dos municípios e por isso se pressupõe maior facilidade de cobrança das comunidades aos representantes legais para a remoção das barreiras físicas encontradas nos entornos das moradias. No entanto, o ambiente do entorno das moradias ainda requer grande atenção por parte das prefeituras municipais.

Tabela 02 - Situação do entorno dos domicílios brasileiros

CONDIÇÃO DE MORADIA	RAMPAS PARA CADEIRANTE	CALÇADA/ PASSEIO	MEIO FIO/ GUIA
Adequada	5,8%	80%	86,1%
Semiadequada	1,9%	43%	55,6%
Inadequada	0,2%	9%	14,1%

Fonte: IBGE – Censo 2010

Os problemas que as pessoas com deficiência encontram na realização de seus direitos são problemas que concernem a todos nós, brasileiros. A Constituição Federal garante aos indivíduos o desenvolvimento pleno no aprendizado, no trabalho e no acesso aos direitos nela estabelecidos. A visão de direitos humanos é baseada na não discriminação e se sustenta em três pilares principais: igualdade de oportunidade, poder de decisão sobre a própria vida e segurança para exigir os

direitos. O desenvolvimento sustentável do país depende da inclusão de todas as pessoas, do trabalho de todos, não sendo permitido que indivíduos ou grupos fiquem fora do processo. Um meio ambiente adaptado às diferenças permite que as pessoas com deficiência realizem suas aspirações, seus desejos e seu desenvolvimento pleno. Além disso, para que os direitos humanos sejam realizados de forma universal, os tratados internacionais de direitos humanos precisam ser observados por uma estrutura de monitoramento e um sistema judicial efetivo.

2.2 “Desenho Universal”

Em 1985, o arquiteto Ron Mace influenciou a mudança de paradigma no desenvolvimento de projetos urbanos, de arquitetura e *design*, inclusive produtos, usando a expressão “Universal Design”- Desenho Universal - pela primeira vez, em decorrência de reivindicações de dois seguimentos sociais, compostos pelas pessoas com deficiência, que não sentiam suas necessidades consideradas nos espaços e os agentes do setor civil como arquitetos, engenheiros, urbanistas e *designers* que desejavam maior democratização do uso dos espaços. Para MACE (1991), o Desenho Universal aplicado a um projeto consiste na criação de ambientes e produtos que possam ser usados por todas as pessoas, na sua máxima extensão possível.

Os arquitetos, engenheiros e *designers* se preocupavam em ofertar ambientes que pudessem ser utilizados por todos, na sua máxima extensão possível, sem depender, da necessidade de adaptação ou elaboração de projeto especializado para pessoas com deficiência, ao contrário do que encontramos hoje no Brasil, onde temos adaptações para a acessibilidade pontuais em alguns espaços.

2.2.1 Os sete princípios do Desenho Universal

Na década de 1990, no *Center for Universal Design*, da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, um grupo de arquitetos e defensores de uma arquitetura e *design* mais centrados no ser humano e sua diversidade reuniu-se a

fim de estabelecer critérios para que edificações, ambientes internos, urbanos e produtos atendessem a um maior número de usuários. Esse grupo definiu os sete princípios do Desenho Universal, que passaram a ser mundialmente adotados em planejamentos e obras de acessibilidade, são eles:

1. Uso equitativo

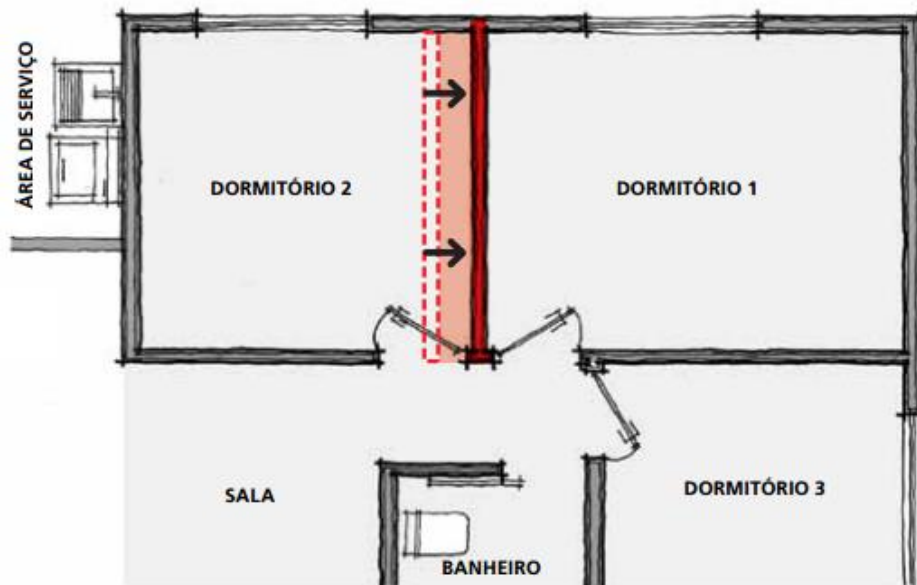
- Propor espaços, objetos e produtos que possam ser utilizados por usuários com capacidades diferentes;
- Evitar segregação ou estigmatização de qualquer usuário;
- Oferecer privacidade, segurança e proteção para todos os usuários;
- Desenvolver e fornecer produtos atraentes para todos os usuários.



Figura 6: Ilustração do 1º Princípio do Desenho Universal. **Fonte:** <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>

2. Uso flexível

- Criar ambientes ou sistemas construtivos que permitam atender as necessidades de usuários com diferentes habilidades e preferências diversificadas, admitindo adequações e transformações;
- Possibilitar adaptabilidade às necessidades do usuário, de forma que as dimensões dos ambientes das construções possam ser alteradas.



Projetos devem prever a possibilidade de deslocamento de paredes ou divisórias para ampliar dormitórios ou outros ambientes.

Figura 7: Ilustração do 2º Princípio do Desenho Universal. **Fonte:** <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>

3. Uso simples e intuitivo

- Permitir fácil compreensão e apreensão do espaço, independente da experiência do usuário, de seu grau de conhecimento, habilidade de linguagem ou nível de concentração;
- Eliminar complexidades desnecessárias e ser coerente com as expectativas e intuição do usuário;
- Disponibilizar as informações segundo a ordem de importância.

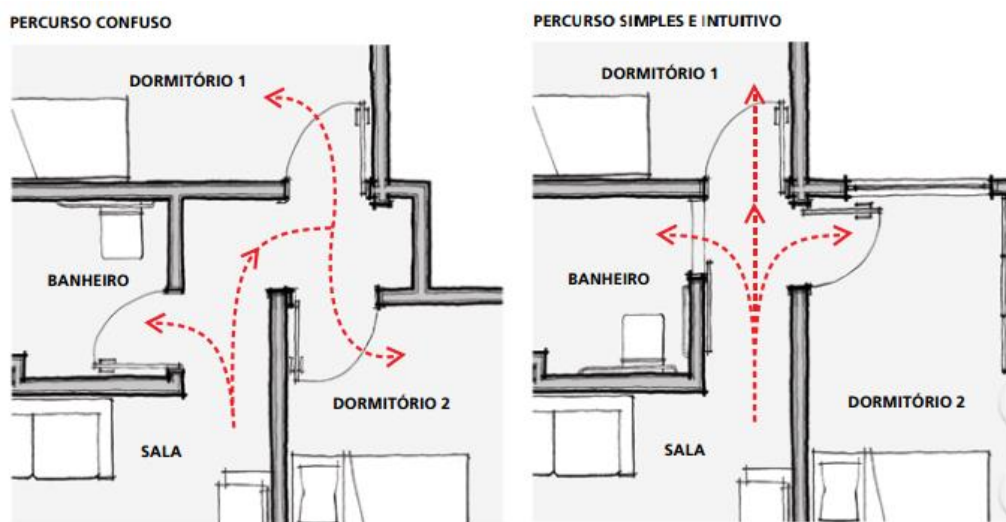


Figura 8: Ilustração do 3º Princípio do Desenho Universal. **Fonte:** <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>

4. Informação de fácil percepção

- Utilizar diferentes meios de comunicação, como símbolos, informações sonoras, táteis, entre outras, para compreensão de usuários com dificuldade de audição, visão, cognição ou estrangeiros;
- Disponibilizar formas e objetos de comunicação com contraste adequado;
- Maximizar com clareza as informações essenciais;
- Tornar fácil o uso do espaço ou equipamento.

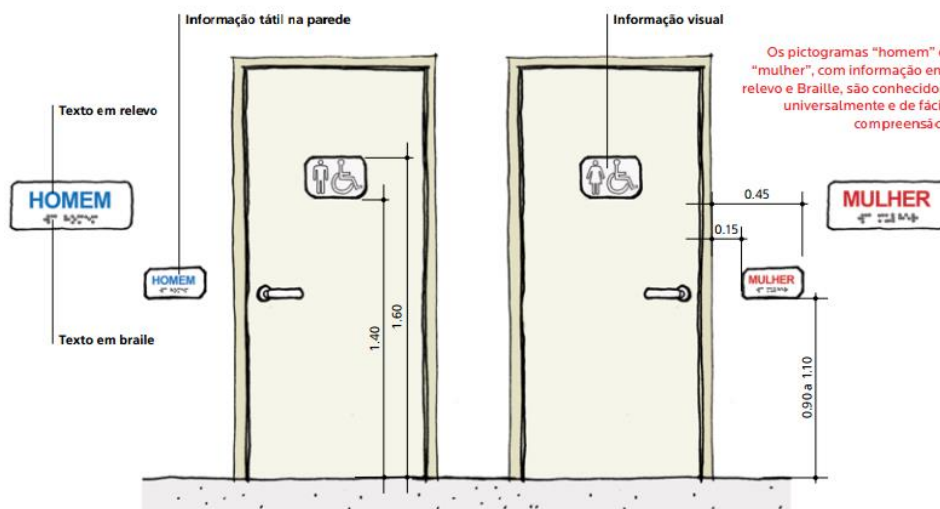


Figura 9: Ilustração do 4º Princípio do Desenho Universal. **Fonte:** <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>

5. Tolerância ao erro (segurança)

Considerar a segurança na concepção de ambientes e a escolha dos materiais de acabamento e demais produtos - como corrimãos, equipamentos eletromecânicos, entre outros, visando minimizar os riscos de acidentes.

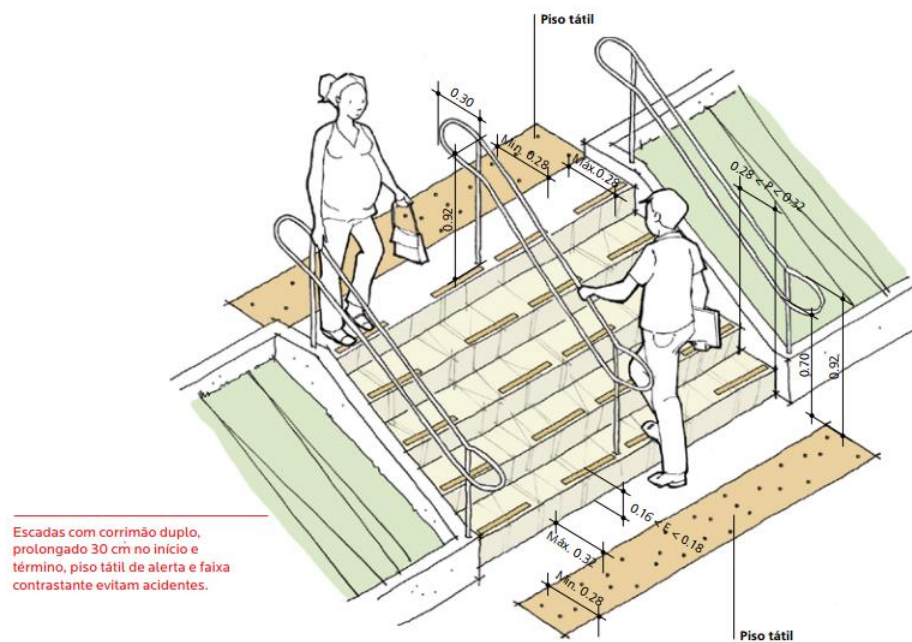


Figura 10: Ilustração do 5º Princípio do Desenho Universal. **Fonte:** <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>

6. Esforço físico mínimo

Dimensionar elementos e equipamentos para que sejam utilizados de maneira eficiente, segura, confortável e com o mínimo de fadiga e minimizar ações repetitivas e esforços físicos que não podem ser evitados.

Sistema de alavanca adequado permite que um cadeirante abra uma janela com facilidade.



Figura 11: Ilustração do 6º Princípio do Desenho Universal. **Fonte:** <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>

7. Dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente

- Permitir acesso e uso confortáveis para os usuários, tanto sentados quanto em pé;
- Possibilitar o alcance visual dos ambientes e produtos a todos os usuários, sentados ou em pé;
- Acomodar variações ergonômicas, oferecendo condições de manuseio e contato para usuários com as mais variadas dificuldades de manipulação, toque e pegada;
- Possibilitar a utilização dos espaços por usuários com órteses, como cadeira de rodas, muletas, entre outras, de acordo com suas necessidades para atividades cotidianas.

Mobiliário adequado permite que um cadeirante tenha acesso a todos os compartimentos com conforto e segurança.



Figura 12: Ilustração do 7º Princípio do Desenho Universal. **Fonte:** <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>

2.2.2 O Desenho Universal no mundo

Em busca por moradias que possam ser utilizadas ao longo de toda vida, para atender o envelhecimento da população ou as pessoas com deficiência, o conceito do Desenho Universal já é aplicado em inúmeros empreendimentos em diversas partes do mundo.

No Japão há dois conceitos utilizados: “*Ageing in Place*”, onde existe a modificação das habitações existentes, possibilitando a fixação dos idosos em suas próprias casas e “*Design for All*”, que estabelece parâmetros para as novas construções residenciais, a fim de permitir o uso pela vida toda. No Canadá, com o nome de “*Flex Housing*”, as residências são construídas para atender a todas as fases do ciclo de vida familiar. Na Inglaterra o termo usado é “*Lifetime Homes*”, onde as residências são construídas para acomodar as mudanças que podem ocorrer ao longo da vida do morador.

“Grey Wave” é o termo usado na Itália para os programas habitacionais implantados para garantir a integração social do morador idoso. Na Holanda, em 1960 foi criado um programa para arrecadar fundos para a construção de vilas para pessoas portadoras de deficiência. Houve críticas por parte da sociedade, pois se chegou à conclusão que isto geraria guetos de desabilitados, porém a verdadeira ideia era tornar essas pessoas socialmente produtivas. (ALVES, 2013, p.??)

2.2.3 O Desenho Universal no Brasil

Segundo Carletto e Cambiaghi (2008), o debate sobre a questão do Desenho Universal no Brasil iniciou-se timidamente em 1980, com o objetivo de conscientizar profissionais da área de construção. Em 1981 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Com isso, o tema ganhou repercussão no país, fortalecendo o que na época denominava-se Eliminação de Barreiras Arquitetônicas às Pessoas com Deficiência, quando foram promulgadas algumas leis no Brasil para regulamentar o acesso a todos e garantir que a parcela da população com deficiência ou mobilidade reduzida tivesse as mesmas garantias que os demais cidadãos.

Em 1985, foi criada a primeira norma técnica relativa à acessibilidade, denominada “NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e após três revisões temos hoje em sua última versão, atualizada em 2015, a regulamentação dos parâmetros técnicos de acessibilidade no país. O reconhecimento de que a inclusão dos conceitos do Desenho Universal no Brasil é determinante para a mudança de paradigma na arquitetura e no urbanismo, pois induz experiências e processos de amadurecimento voltados à democratização dos espaços públicos e privados para todos os usuários.

2.3 “Sustentabilidade Social”

Um assunto muito discutido atualmente é a Sustentabilidade ou Desenvolvimento Sustentável, e é crescente a preocupação com o uso consciente dos recursos naturais por parte das empresas, dos consumidores e da sociedade de forma geral. Por isso, quando falamos de sustentabilidade é importante abordá-la sob as suas três principais dimensões, social, econômica e ambiental. Nessas

dimensões estão contidos os aspectos que devem interagir entre si para satisfazer o conceito da sustentabilidade.

Entretanto, a inclusão de aspectos sociais nos debates e práticas de sustentabilidade tem ficado à margem dos discursos atuais, comparada com o foco nas outras duas dimensões econômica e ambiental da sustentabilidade, como mostram os trabalhos de Brent e Labuschagne (2007), Sarkis, Helms e Hervani (2010) e Vifell e Soneryd (2012).

Nesse sentido, Foladori e Tommasino (2000) lembram que até a década de 1990 o conceito de sustentabilidade social não era utilizado com fins autênticos; pelo contrário, sua utilização tinha a finalidade somente de encobrir o interesse pela sustentabilidade ambiental. Segundo Lourenço e Carvalho (2013), ao apresentar o conceito de sustentabilidade social é preciso salientar a sua importância, na mesma proporção, das dimensões econômicas e ambientais do desenvolvimento sustentável. As organizações e seus administradores precisam ter informações e voltar o olhar para as questões sociais desse tema.

A sustentabilidade social se refere a um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida da população através do acesso a serviços de educação, saúde, mobilidade urbana, possibilitando às pessoas acesso pleno à cidadania, valorizando o bem-estar humano juntamente com o avanço da ciência, da indústria e da contemporaneidade.

Estas ações devem diminuir as desigualdades sociais e ampliar os direitos e, como exemplo, pode-se citar a implantação de projetos educativos e sociais; investimentos em educação pública, visando à qualidade do ensino; e em se tratando do tema do artigo, a implantação de programas voltados para a inclusão social, principalmente de pessoas com deficiência.

É importante ressaltar que, assim como a ambiental e a econômica, a sustentabilidade social, depende também de todos, cada um devendo fazer a sua parte e estimular os outros a fazerem o mesmo, já que a mobilização é um fator muito importante para a efetivação dessas propostas.

CAPÍTULO 3:

O “DESENHO UNIVERSAL” E A SUSTENTABILIDADE SOCIAL

3.1 A importância do conceito do “Desenho Universal” para o desenvolvimento de uma sociedade

Apoiando em premissas que pregam a inclusão social, as atitudes para a promoção do Desenho Universal, dependem não somente dos cidadãos, mas como também poder público. Segundo Carletto e Cambiaghi (2013), cabe ao Poder Executivo, realizar as determinações das leis e implantar, de modo eficaz, as políticas públicas locais necessárias para a promoção da melhoria da qualidade de vida da comunidade; ao Poder Legislativo cabe elaborar outras leis que visem garantir o acesso universal a todos os cidadãos; e ao Judiciário cabe penalizar aqueles que não seguirem essas determinações.

É importante perceber que, embora fatores ambientais não constituam barreiras para os que não têm deficiência, sua eliminação favorece a todos. Um ambiente acessível é bom para todos, pois oferece qualidade de vida, segurança e permite a convivência e a interação entre diferentes.

Ao lutar pela acessibilidade, através do conceito do Desenho Universal, estamos defendendo um direito humano, que possibilita a equidade de oportunidades que é condição para que a inclusão social aconteça. Segundo Sasaki (2003), "o paradigma da inclusão social consiste em tornarmos a sociedade toda um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades".

Para o desenvolvimento da sociedade, deve haver inclusão e para que ela aconteça, a sociedade deve incorporar os requisitos de acessibilidade, pois o primeiro passo é poder frequentar o mesmo espaço, com dignidade, sem distinção.

Assim sendo, a aplicação do conceito do Desenho Universal tem como base de sua aplicação em três parâmetros básicos de acordo com o Ministério das cidades através do Programa Brasileiro De Acessibilidade Urbana:

1 – A formação do profissional universitário, do profissional técnico, do executor e do fiscal dos projetos e obras. Está nesta formação técnica o conhecimento necessário de quem elaborará os projetos e de quem os colocará à disposição de toda a população; há, também, a capacitação dos técnicos que fiscalizarão o que foi executado e terão a função de dar o aceite à obra.

2 – A Norma Técnica que fornecerá as configurações técnicas e conceituais necessárias para assegurar o cumprimento das soluções de maneira universal. Elas são elaboradas por técnicos especialistas no tema e estabelecem parâmetros válidos em todo o território nacional.

3 – A regulamentação e a gestão, pois é preciso estar bem clara a postura do órgão gestor que administrará as ações a serem implantadas e que estas estejam regulamentadas de forma a serem seguidas mesmo com a mudança política da administração. (MINISTÉRIO DAS CIDADES. Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana: Brasil Acessível. Caderno 2. Construindo uma Cidade Acessível. 2006.)

Desta forma, as cidades vão se transformando e se adequando aos poucos, dentro do possível, para se tornar acessível a todas as pessoas. E as seguintes ações podem ser tomadas pelas instâncias municipais:

1 – Incorporar o conceito de Desenho Universal nos projetos e na legislação vigente;

2 – Elaborar legislação competente de forma eficaz e eficiente sobre o tema, contemplando as necessidades de transformações da cidade para a mobilidade acessível;

3 – Treinar técnicos de vários setores da administração pública e da iniciativa privada que atuam direta e indiretamente com o tema, contemplando a reciclagem do conhecimento e dinamizando as questões técnicas já definidas por Normas Brasileiras;

4 – Atentar-se a detalhes de execução de intervenções físicas, conforme o estabelecido em legislação e normas pertinentes;

5 – Trocar experiências com outras cidades, de forma a aprender e a ensinar alternativas já testadas e bem resolvidas;

6 – Fiscalizar a ação da iniciativa privada para o correto cumprimento dos parâmetros estabelecidos;

7 – Estabelecer parcerias diversas que possibilitem a elaboração, a execução e a divulgação de ações bem sucedidas. (MINISTÉRIO DAS CIDADES. Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana: Brasil Acessível. Caderno 2. Construindo uma Cidade Acessível. 2006.)

3.2 A importância dos conceitos de Acessibilidade Universal na formação dos estudantes de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo

A aprendizagem dos conceitos de acessibilidade universal nos cursos de graduação em Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo é fundamental para a formação dos futuros profissionais, tendo em vista a atual necessidade de se projetarem edificações, espaços e equipamentos urbanos acessíveis a todos. E com o advento do Desenho Universal, a adaptação das áreas de uso comum e de uso restrito se tornou mais simples e prática.

É essencial o Desenho Universal na base da formação dos profissionais, já que, engenheiros e arquitetos são formados em universidades, que como polos geradores de conhecimento devem capacitar os indivíduos para exercer suas atribuições de acordo com a demanda social da época.

Pela razão do tema ser relativamente novo, é de fundamental importância que os aspectos do Desenho Universal sejam incorporados de fato nas variadas disciplinas dos cursos, como já previsto no Decreto 5.296/2004.

3.3 O papel do arquiteto na “Sustentabilidade Social”

Como os arquitetos e urbanistas são responsáveis pela atividade de projeção, exercendo um papel importante na formação das cidades e espaços construídos com acessibilidade, beleza, sustentabilidade, economia, segurança e conforto, cabe a ele a consciência e o dever de tornar os espaços inclusivos, uma vez que essa ação interfere diretamente na qualidade de vida de uma população, seja em uma cidade ou no mundo inteiro.

O ambiente construído está em constante transformação, resultado de atividades e interesses diversificados, e tem se traduzido em um cenário de segregação devido à pouca preocupação ou à lenta evolução de planejamento e de critérios para universalidade dos espaços.

Enfim, a ligação do arquiteto com a formação das cidades o torna um agente catalisador na transformação dos anseios de uma sociedade e em gerador de elementos construídos nos espaços habitados. Devendo refletir e propagar os conceitos e ideias que gerem qualquer fagulha de intenção para gerar melhoras efetivas da qualidade de vida, através dos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 30 anos do início do movimento das pessoas com deficiência no país, vimos que ocorreram avanços em diferentes esferas, como por exemplo, maior conscientização por parte de profissionais, gestores públicos e usuários de que a acessibilidade melhora a qualidade de vida das pessoas. E que os benefícios dessas transformações se refletem também na moradia, e espaços públicos, especialmente quando se propõe a implementação do Desenho Universal nos planejamentos e projetos, que hoje já é lei.

A sociedade brasileira vem sendo sensibilizada em relação às necessidades específicas de crianças, adolescentes, gestantes pessoas com deficiência e idosos. Esse processo foi percebido com a aprovação de leis federais, estaduais e municipais que passaram a regulamentar providências que resguardam as necessidades e demandas desses segmentos.

Com este trabalho, conclui-se que através dos princípios do Desenho Universal de elaborar projetos contendo produtos e ambientes que podem ser indiscriminadamente usados por todas as pessoas, onde não há a necessidade de qualquer tipo de adaptação ou projeto especial para sua utilização por pessoas com algum tipo de deficiência, pode-se alcançar uma sustentabilidade no âmbito social, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população.

A questão da acessibilidade e do desenho universal é imprescindível quando se anseia a organização de espaços para atender as necessidades dos usuários de forma universal, uma vez que o que nos deparamos no dia a dia “são adequações e acessibilidade pontuais, sem integrar ações cotidianas como moradia, passeios, transporte, edificações, serviços”.

”

Ao se analisar o espaço urbano, é fácil encontrar situações de espaços inacessíveis a um grande grupo de pessoas que possuem limitações em seus movimentos. Essa situação pode ser contornada através da mobilização das pessoas para a efetivação das propostas de melhoria, através da formação do

profissional universitário, do profissional técnico, do executor e do fiscal dos projetos e obras; através da normalização técnica que fornecerá as configurações técnicas e conceituais necessárias para assegurar o cumprimento das soluções de maneira universal; e através da regulamentação e a gestão.

Desse modo, este estudo pode limitar-se a um trabalho bibliográfico, contudo, é mais uma contribuição a somar com as publicações que se tem a respeito, para ampliar a visão sobre o assunto e expandir os conceitos de Desenho Universal e Sustentabilidade social, porque ao analisar a dimensão social da sustentabilidade e o conceito da universalidade dos espaços, permite-se aprofundar em aspectos negligenciados nas práticas das organizações e nas pesquisas atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Sílvia Cristina Lourenço. **Geografia do envelhecimento da população: Oferta e procura de estruturas residenciais para idosos**. Dissertação Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2103.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3ª edição. 148 p. Rio de Janeiro, 2015.

BOLETIM ESPAÇO LIVRE – SARQ/GO. **A função social do Arquiteto e do Urbanista**. Disponível em: <http://www.sindarqpr.org.br/a-funcao-social-do-arquiteto-e-do-urbanista/>. Acesso em 24 de outubro de 2015.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. **Desenho Universal – métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal um conceito para todos**. Realização: Mara Gabrielli. 2013

DUTRA, Nadja G. da S. **A Importância dos Conceitos de Acessibilidade Universal na Formação dos estudantes de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Federal do Ceará** - Universidade Federal do Ceará, Campus do Pici, Fortaleza – Ceará, 2009

FIGUEIRA, Emílio. **“Caminhando em Silêncio – Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil”**, 2008.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

LANNA JÚNIOR; CLÉBER, Mário Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

LOURENÇO, Mariane Lemos; CARVALHO, Denise. RACE, Unoesc, **Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável**. v. 12, n. 1, p. 9-38, jan./jun. Curitiba, 2013.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora. **Envelhecimento e Deficiência**. International Poverty Center (UNDP) e IPEA. Universidade de Brasília e da ANIS: Instituto de Bioética. Brasília, DF. 2004. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_09_Cap_03.pdf Acesso em 15 de janeiro de 2015.

MOURA, Paulo César; MENEZES, Alexandre Monteiro de. **Design universal, acessibilidade e espaço construído.** (FUMEC/FEA). Revista Construindo, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 25-29, jan./jun. 2011.

MÜLLER, Mauro Adriano. **O Design Universal.** Disponível em: <http://www.revistacliche.com.br/2013/04/o-design-universal/>. Acesso em 24 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Serviço social e sustentabilidade humana.** Editora Appris

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência.** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. 32p.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED). **Acessibilidade – Mobilidade Acessível na Cidade de São Paulo.** Elaboração: André H. da Silva; Alan C. de Lucena; Daniela Massano Fernandes; Gláucia Varandas; Maria Izabel Artidiello Cueto. São Paulo: SMPED, 2007.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED). **Cartilha passeio livre.** Conheça as regras para arrumar a sua calçada. Elaboração: LOPES, R.M.P.; LUNETTA, C.; ROQUE, P.; CAVALCANTI, R.; NEVES, R.H. São Paulo: SMPED, 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO/SEPED/CPA. **Acessibilidade - Mobilidade Acessível na Cidade de São Paulo,** 2005. Disponível em: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/deficiencia_mobilidade_reduzida/programas/0004. Acesso em 24 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais. Coordenação: Flávia Pinheiro Tavares Torres. **Guia de acessibilidade urbana.** Belo Horizonte: CREA- MG, 2006. 96p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais. Coordenação: Flávia Pinheiro Tavares Torres. **Guia de acessibilidade em edificações.** Belo Horizonte: CREA- MG, 2006. 64p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Guia para a reconstrução das calçadas.** Projeto Calçada Cidadã. Elaboração da Cartilha – Clemir Meneghel; Jaqueline A. Marquezi; Pedro Canal Filho (Sedec)/ Luciene Araújo; Edlamara Conti (Coord. de comunicação). Vitória: Secretaria de Desenvolvimento da Cidade, 2002.

SÃO PAULO. **Diretrizes do desenho universal na habitação de interesse social no Estado de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Habitação. Secretaria de Estado dos Direitos da pessoa com deficiência. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>
Acesso em 24 de outubro de 2015.

SÃO PAULO. Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo – SEHAB / Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA. **Guia de Acessibilidade em Edificações**. São Paulo: CPA, 2002.

SILVA, Maria Isabel da. **Por que a terminologia "pessoas com deficiência"?** Divisão de acessibilidade e inclusão sensibiliza – uff. Disponível em: <http://www.prograd.uff.br/sensibiliza/por-que-terminologia-pessoas-com-deficiencia>.
Acesso em 24 de outubro de 2015.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada: A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

SISTEMA INTEGRADO DE VAGAS E CURRÍCULOS PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA. **Por que a terminologia "pessoas com deficiência"?** Disponível em: <http://www.selursocial.org.br/porque.html>. Acesso em 24 de outubro de 2015.

VASCONSCELOS, Alan. **Design sem público-alvo? Conheça o Design Universal**. Disponível em: <http://www.quantumdesign.com.br/conheca-o-design-universal/>. Acesso em 24 de outubro de 2015.

VASCONSCELOS, Alan. **Os Sete Princípios do Design Universal**. Disponível em: <http://www.quantumdesign.com.br/7-principios-design-universal/>. Acesso em 24 de outubro de 2015.